

O incêndio do palácio de D. José de Bragança (15 de Abril de 1866)¹

Eduardo Pires de Oliveira

1

Antes do incêndio

Ao vir para Braga para governar a arquidiocese, D. José de Bragança, irmão do rei D. João V, tomou uma série de atitudes em que quis vincar a sua origem real. Uma dessas atitudes, talvez a mais forte, foi a de mandar fazer um novo palácio. Este edifício criaria uma nova centralidade na cidade, pois após começar a viver nele teve o cuidado de dar ordem à Câmara Municipal que mudasse para a mesma praça. Para a implantação escolheu um local em que iria defrontar o seu novo palácio, embora colocado numa cota inferior, o que ajudaria a marcar ainda com mais força a sua posição de Senhor de Braga.

O novo palácio seria inaugurado em 1751 (e o da Câmara em 1756). Tinha três funções muito distintas: do lado norte servia para a habitação do arcebispo/príncipe; o lado esquerdo era totalmente ocupado com a nova capela palatina. Na parte central, onde existia a escada de acesso ao exterior, ficava também a nova janela de poder.

Todo o restante edifício, isto é, as partes medieval, tardo renascentista e barroca, ou seja, as que estavam voltadas ao largo do Paço e ao seu grande jardim, serviam para os múltiplos serviços da Mitra, de recepção e grandes cerimónias, para além de outros serviços necessários à organização do palácio, entre as quais queremos lembrar a cozinha, situada em local um pouco afastado, de forma a evitar toda e qualquer propagação de fogos.

Após o ano de 1834, e por razões que ainda não são bem conhecidas, a parte norte do edifício do palácio de D. José de Bragança recebeu uma série de serviços do Estado. A verdade é que naquela data o complexo que hoje denominamos como Antigo Paço Arquiepiscopal era imenso e estava um pouco desaproveitado.

Embora se costume dizer que os serviços públicos ocuparam toda a ala Norte, tal não é verdade. Segundo um texto publicado no “Jornal do Porto”, o *senhor arcebispo tinha ainda para a parte do Campo dos Touros duas salas, uma com a secretaria, e outra com a livraria da mitra...²*.

Segundo Alberto Feio³, a biblioteca era *valiosa e notável em encadernações mandadas executar pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança*. Viria, porém, a ser quase toda *destruída por um incêndio em 1866, sendo de pouco valor, e composto por obras na maior parte truncadas o espólio* que mais tarde, em virtude da Lei de 20 de Abril de 1911, conhecida como “*Lei de Separação da Igreja do Estado*”, seria integrado nos fundos da BPB.

Segundo um manuscrito de 1866 ou 1867, exceptuando aquelas duas salas

... tudo o mais estava ocupado com as repartições publicas do Governo Civil – Repartição da Fazenda do Distrito e Delegacia do Thesouro – Cofre Central do Distrito – Recebedoria da Comarca – Repartição de Fazenda do Concelho – Administração do Concelho – Archivo do Rezidos – e Estação Telegraphica⁴.

Alberto Feio deverá ter conhecido pessoas que vivenciaram não só aquele tempo como, também, o grande incêndio de 15 de Abril de 1866. Informa-nos em dois diferentes textos qual era a ocupação que tinha. No primeiro diz-nos que passou a integrar *depois de 1834 a Prefeitura do Minho, e depois o*

*Governo Civil e várias repartições distritais*⁵. No segundo texto foi um pouco mais longe ao afirmar que *estavam ali instaladas as repartições públicas: Governo Civil, administração do concelho, Fazenda distrital e concelhia, Tesouraria e Correios e Telégrafo*⁶.

2 O incêndio

O incêndio ocorrido no dia 15 de Abril de 1866 na ala Norte do palácio de D. José de Bragança deverá ter sido o mais violento que Braga sofreu em toda a sua milenar história. Poderão ter havido outros grandes, enormes incêndios; mas neste associava-se a um edifício de referência uma série de importantes organismos do Estado. Ou seja, este incêndio teve uma terrível acção dupla pois não só foi destruído um dos maiores e mais importantes edifícios da cidade como, também, algo que é tão ou mais importante, os arquivos das instituições que nele estavam sedeadas.

Foi tão impressionante que chegou a ser noticiado nos jornais do Porto e Lisboa. No “Anuario do Archivo Pittoresco”⁷ foi publicada uma gravura de madeira, facto que deve ser assinalado pois naquela data eram raros os textos ilustrados com gravuras.

O fogo começou no início da madrugada, um pouco antes das duas horas, sendo assinalado... *em todas as sirenes de Braga ...*⁸.

A cidade reagiu de imediato, o povo acudiu em massa e os bombeiros compareceram. É certo que os incêndios ocorriam com relativa frequência – grande parte da estrutura das casas era feita em madeira, sobretudo a dos telhados, sendo que muitas vezes também as paredes separatórias interiores eram feitas apenas com tabique –, mas as proporções que atingiu foram impressionantes:

... Era uma chamma tétrica e horrorosa levantada no centro dos muros de Braga, que parecia querer devorar os bens da fortuna dos seus

habitantes. Parecia o clarão do incêndio do cerco de Troia... Parecia que as golfadas igníferas da terrível fogueira queriam levantar uma columna de fogo ás alturas infinitas, aonde chegaram as fagulhas do antigo incêndio da bibliotheca de Alexandria⁹!

Toda a cidade acorreu, todos sem excepção, desde membros da vereação ao engenheiro municipal Joaquim Pereira da Cruz, a cónegos da catedral ou professores do Liceu, como o Dr. Pereira Caldas. Pode mesmo dizer-se que a cidade compareceu em peso, da autoridade mais proeminente ao cidadão mais simples¹⁰. Uma acção muitíssimo importante, talvez mesmo fundamental, pertenceu aos militares.

Além das pessoas, o ataque ao incêndio foi feito com a acção conjugada do maior número possível de meios. É que não só o edifício era velho de mais de um século – com as madeiras, portanto, bem secas e, muito possivelmente cheias de pó, o que podia servir como um autêntico rastilho – como havia um outro perigo gravíssimo que importava atacar em simultâneo: evitar que o incêndio se propagasse à capela palatina e demais imóvel.

Se tal sucedesse as proporções seriam muitíssimo maiores, atingiria as casas da então rua dos Gatos, actual rua da Misericórdia. A partir daí tudo poderia acontecer, as temperaturas ficariam ainda mais elevadas e o fogo propagar-se-ia a outros quarteirões da cidade, atravessando as ruas, podendo mesmo chegar ao complexo da Catedral.

Havia, portanto, que tomar decisões imediatas e bem drásticas. Não havia margem para hesitações. Imperou a sabedoria, a prática: perder uma parte para ganhar o todo. Isto é, concentrar as forças em atalhar o fogo na zona das escadas, na parte central do edifício, e deixar arder toda a ala Norte. Vejamos um texto da época:

Para se evitar que o resto do Edifício que é occupado pelo Exmo. Arcebispo Primaz, não fosse devorado pelo incendio, fizeram-se córtes em diferentes pontos; o primeiro junto á torre da capella do paço, do lado do Sul, na parte externa, e dirigido pelo tenente Frederico Augusto de Sousa, coadjuvado pelos porta-machados, no que todos muito se distinguiram; o segundo no mesmo lado do Sul, na porta interna, e junto à mesma

torre que foi feito por soldados, e auxiliados pelo valente typographo João Antonio de Deus, que foi incançavel, e pelos carpinteiros Manoel Antonio da Silva, Manuel do Charqueiro, e alguns outros paisanos, foi neste ponto, onde o porta-machado Gabriel, no meio das chammas fez o córte d'uma viga, e não podendo já retirar, saltou da grande altura, em que se achava, ao meio do terreiro, com grande perigo de vida, julgando-o morto quantos o viram saltar.

Felismente porém não succedeu assim; porque logo depois appareceu, com igual dedicação, em outro ponto não menos arriscado: o terceiro corte no lado do nascente, junto á casa de S. Geraldo, assim chamada por n'ella ter habitado o santo Arcebispo deste nome...¹¹.

Não fora esta intervenção determinada pelo *comandante da 4.^a divisão militar bem secundada pelo digno coronel de infantaria 8 e toda a corporação militar... em ordenar que se cortasse o incendio junto á capella do Paço, impedindo desta forma que o fogo se estendesse a toda a rua da Misericordia e talvez hoje tivéssemos a lamentar uma ocorrência muitíssimo mais grave.*

Como é natural, o fogo demoraria muito tempo a ser extinto, só foi dominado cinco horas mais tarde; no dia seguinte ainda se procedia a trabalhos de rescaldo. No dizer de um jornal *o fogo ainda hontem não estava de todo extinto*¹².

A verdade é que a cidade estava muito mal preparada para responder a um incêndio desta dimensão. Os bombeiros não tinham nem uma boa formação nem as suas máquinas funcionavam devidamente. As informações que se colhem na imprensa são cáusticas. Por muito bem que estivessem preparados, só muito difficilmente seriam capazes de dar a resposta competente. Os jornais aproveitaram o momento para alertar para o facto de Braga não ter um sistema de bombeiros capaz. Vejamos dois exemplos:

É certo que a companhia de incendios não trabalhou como devia trabalhar. Mesmo porque ignora completamente o systema da ordem. Bastantes pessoas, que reconheciam a inutilidade e innação deste corpo de segurança...¹³.

Esqueceu-me dizer, que as bombas prestaram alguns serviços, muito poucos, porém, em relação dos que podiam prestar, porque na terceira cidade do reino apenas uma estava em estado de trabalhar¹⁴!!!

O incêndio teve origem em falha humana. Começou na *repartição telegraphica*¹⁵, na *segunda janella do primeiro andar*¹⁶. Mas como? A resposta é terrível: em *algum mal acautelado lume de ter cozinhado, porque os empregados do telegrapho cosinhavam lá dentro*¹⁷. Ou seja, não se cumpriam os cuidados velhos de séculos que colocavam as cozinhas fora das casas e, menos ainda, em repartições públicas.

O inquérito que se fez não confirmou, porém, as palavras dos jornais. Nem confirmou, nem negou. Foi inconclusivo:

Auto.

A requerimento do ministerio publico, as autoridades judiciaes procederam na segunda-feira passada à formação do auto de corpo de delicto sobe as circumstancias do incendio do palacio do Governo Civil.

*Cremos se não descobriu indicio algum que leve a suppôr crime na causa d'aquelle crime*¹⁸.

O incêndio foi terrível por todas as razões. Analisemos a questão à luz da Braga daqueles tempos: não foi só um edifício imenso, marcante na cidade, que ardeu; ou a constatação de que os bombeiros não estavam preparados para problemas de uma dimensão acima do normal. Foi, sobretudo, porque se muitos serviços públicos estavam mal instalados, pior iriam passar a ficar porque a cidade não tinha capacidade para de um momento para o outro os voltar a ter a funcionar com a mínima qualidade. E, claro, já nem se fala dos problemas que poderão ter ocasionado, ao longo dos anos, a perda dos seus arquivos.

Uma solução poderia passar pelo edifício do Seminário de S. Pedro, situado a poucas dezenas de metros, no Campo da Vinha, que era também enorme. Não admira, portanto, a seguinte notícia que, contudo, não veio a ter sequência prática: *Já foi expedida ordem á repartição de contabilidade do ministerio das obras publicas para que fizesse proceder, de accordo com o snr. governador civil d'este districto, ás obras que fossem precisas no edificio do seminario para alli se estabelecerem as repartições publicas do mesmo districto*¹⁹. A verdade é que estava em péssimas condições, tão más que no início do século XX viria a ser demolido, embora ainda tivesse servido para albergar durante alguns, poucos anos, o Asilo de Mendicidade de Braga²⁰.

Havia ainda um outro problema muito grave no agora arruinado palácio de D. José: as paredes que sobraram do incêndio ficaram não só muito fragilizadas como perderam os travejamentos de madeira, o que ajudava o edifício a ter uma maior consistência. A qualquer momento as pedras das paredes, que tinham ficado descalças, poderiam cair, fosse pela acção do tempo, do vento ou das chuvas que são abundantes em Braga e ajudariam a escavar e perder ainda mais o saibro e o barro que uniam as pedras. Não nos esqueçamos que parte do edifício dava para uma praça muito frequentada, o então campo dos Touros, actual praça do Município, em cuja área central se fazia o mercado da cidade.

A melhor solução seria, sem dúvida, reconstruir o palácio. Mas como, se nem o país, nem a cidade tinham o dinheiro necessário para uma empreitada desta dimensão? Joaquim Pereira da Cruz, o engenheiro municipal, ainda fez um estudo quer dos terrenos, quer do valor que poderia alcançar a obra. A conclusão a que chegou, 40.000\$000²¹, era uma quantia imensa, pelo que a ideia teve que ser abandonada.

Alguma coisa, porém, deveria ser feita pois, repetimos, havia o grave perigo de muitas pedras poderem cair a qualquer momento. Mas só passados cinco anos, em 1871, é que se avançou para o apeamento de uma boa parte das paredes exteriores. Felizmente houve o bom senso de guardar toda a cantaria e pedras lavradas²². Viriam a ser reutilizadas mais tarde, em 1931/1934, no “restauro” levado a cabo pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Os compartimentos que serviam de residência ao arcebispo receberam algumas obras, embora de pequena monta²³.

3 Após o incêndio

Não pode haver a menor dúvida que a cidade gostaria de recuperar o edifício. Mais: precisava de o ver de novo levantado porque (1) fazia muita falta dada a ausência de bons espaços disponíveis para o serviços públicos, (2) era um

perigo devido às pedras soltas e, ainda, (3) algo de muito, muito desagradável de se ver. Não nos esqueçamos que era uma construção cheia de história e colocada na sua principal praça do poder.

Mais, a reconstrução era um desafio tanto para os poderes municipais, como para os públicos. Curiosamente, não temos notícia de que se tenha ensaiado alguma hipótese de alienação, de venda à sociedade civil. É certo que o tempo não era de riqueza; mas também não era de pobreza absoluta.

A década de 1860 foi muito importante para Braga, foi tempo de viragem na economia e na sociedade bracarense pois estavam a começar a chegar alguns “brasileiros torna-viagem” que viriam a ser a alma do Banco do Minho e da Associação Comercial de Braga, instituição criada apenas três anos antes (1863). E embora nessa altura o local mais apetecível da cidade para a construção da habitação destes homens fosse a Avenida Central, a verdade é que estas ruínas tinham uma situação excepcional.

Sabemos que em Abril de 1867 foi remetido a Lisboa um projecto de recuperação:

Reconstrução do Paço.

Foi remetido ao governo o projecto e orçamento das obras necessarias para a reconstrução do Paço Archiepiscopal d’esta cidade. Apenas o conselho geral das obras publicas der o seu parecer, começarão immediatamente os trabalhos²⁴.

Em 18 de Março de 1868 o engenheiro municipal Joaquim Pereira da Cruz ainda fez uma planta sumária do edificio, do seu “quintal” e das ruas e praças envolventes. Não houve, porém, qualquer sequência prática a este trabalho²⁵.

Como curiosidade diga-se que houve alguém que se aproveitou da situação: em Canedo, Celorico de Basto e, depois, na área do concelho de Vila Verde, houve um homem que andou a fazer peditórios dizendo que o dinheiro que angariasse serviria para reconstruir o edificio...²⁶.

Cinquenta e cinco (55!) anos mais tarde, o que era previsível aconteceu: foi necessário desmontar a torre e o lanternim da capela palatina. É certo que essa zona não sofrera directamente com o incêndio. Mas não pode haver dúvidas que

deverá ter sido afectada com a grande violência das chamas e o enorme calor gerado pois estava situada em local imediato. Se a isso juntarmos as mais do que possíveis perdas estruturais nas paredes das salas e a acção do tempo, teremos que considerar que há uma relação directa do desastre acontecido meio século antes com a demolição destas partes da capela.

Nessa degradação há ainda outro facto a considerar: a capela teve uma actividade muito reduzida no século XIX e bem menor após o incêndio. Se aliarmos o facto de que após a expulsão do arcebispo para fora de Braga, em 1911, tudo se torna ainda mais compreensível pois a partir daí ficou sem qualquer espécie de culto. Pelo que não é de admirar a notícia publicada em 16 de Outubro de 1921 no jornal “Diário do Minho” em que se anunciava esta demolição²⁷.

Hoje não sabemos como seria a organização interna do edifício antes do incêndio. Infelizmente, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não teve o menor cuidado de fazer um levantamento prévio, topográfico e/ou fotográfico, antes de iniciar as obras no edifício. Foram então apeadas todas as paredes e as pedras foram reaproveitadas. Com esta intervenção perdeu-se a última hipótese de informação sobre a distribuição interna do palácio pois não se conhecem nem descrições, nem plantas desenhadas em data anterior à do incêndio²⁸.

Se tivesse havido esse cuidado, haveria hoje alguma memória, alguma ideia de como fora a planta do palácio no tempo em que D. José e D. Gaspar de Bragança ali viveram. Mas não! A única coisa que naquele momento interessava era criar um espaço onde pudesse passar a funcionar a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. Ou seja, criou-se uma obra de fachada, em que apenas sobreviveram algumas partes da fachada original, nomeadamente as que estavam feitas com pedra trabalhada, as janelas e portas.

Era esse, aliás, o projecto que fora pensado por Alberto Feio e desenhado, em 1920, por Domingos Rebelo Barbosa²⁹. Pode ver-se nele que apenas interessava criar grandes áreas vazias, fáceis de adaptar, para servir como depósito para livros.

Últimas palavras: a memória do incêndio prevaleceu no projecto elaborado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pois num dos documentos

prévios pode ler-se o seguinte:

*Os pavimentos dos arquivos, depósitos de manuscritos e livros serão em cimento armado, a fim de evitar, até certo ponto, qualquer sinistro de incêndio...*³⁰.

Começadas em 1931, as obras estenderam-se até finais de 1934. No dia 4 de Dezembro foi feita a inauguração da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital. Nesse momento terminou a memória física de como fora a vida no palácio de D. José de Bragança. E terminou também a memória física do grande incêndio de 15 de Abril de 1866.

Notas

¹ Nos 150 anos deste terrível acontecimento, talvez o maior incêndio da história de Braga.

² *Incendio do Governo Civil de Braga. Braga, 15 de Abril*. “Jornal do Porto”, Porto, 17 de Abril de 1866. Agradeço ao Eng. António José Mendes esta informação.

³ FEIO, Alberto – *A Biblioteca Pública de Braga. Notas Históricas*. “Boletim da Biblioteca Pública de Braga”, Braga, 1, 1920, p. 70.

⁴ GUIMARÃES, Egídio Amorim – *Morte e ressurreição de um palácio*. “Mínia”, Braga, 2.ª série, 6 (7), 1983, p. 119-145 (p. 5 da separata)

⁵ FEIO, Alberto – *A Biblioteca Pública de Braga. Notas históricas*. “Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga”, Braga, 1, 1920, p. 72.

⁶ FEIO, Alberto – *Coisas memoráveis de Braga e outros textos*. Braga, Biblioteca Pública / Universidade do Minho, 1984, p. 26.

Godofredo FERREIRA (*A Corte Arquiepiscopal em Braga e os seus Correios-Mores*, Lisboa, [s.n.], 1956) refere a existência de uma planta do edifício no Museu dos CTT. Todas as tentativas que fizemos junto dos responsáveis pelo Museu tiveram resultados negativos. O mesmo lamento nos foi comunicado por Henrique Barreto Nunes e Maria Manuela Milheiro.

⁷ N.º 29, Maio de 1866. Esta gravura foi reproduzida na capa do livro de Alberto FEIO – *Coisas Memoráveis de Braga*. Braga, Biblioteca Pública / Universidade do Minho, 1984. A gravura foi feita a partir de um pequeno apontamento pintado por António Augusto Pereira, um apontador do serviço de Obras Públicas. Em tempos, vimos esta pintura em posse de um particular.

⁸ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

⁹ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁰ *Incendio*. “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

¹¹ *Incendio*. “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

¹² *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 17 de Abril de 1866, p. 2.

¹³ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁴ *Incêndio do Governo Civil de Braga*. Braga 15 de Abril. “Jornal do Porto”, 17 de Abril de 1866. Agradeço ao Eng. António José Mendes esta informação.

¹⁵ *Sem título*. “O Pantologo”, Braga, 18 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁶ *Incendio*. “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

¹⁷ *Incêndio do Governo Civil de Braga*. Braga 15 de Abril. “Jornal do Porto”, 17 de Abril de 1866.

¹⁸ “O Partido Liberal”, Braga, 19 de Abril de 1866, p. 1.

É interessante notar que se alvitrou a proibição não só de foguear, mas também de fumar dentro dos edifícios públicos, chegando este jornal a afirmar que no *Porto já se proibiu o fumar dentro do edifício dos paços do concelho*. *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 21 de Abril de 1866, p. 2.

¹⁹ *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 28 de Abril de 1866, p. 2.

²⁰ OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *O convento do Salvador. De mosteiro de freiras ao Lar Conde de Agrolongo*. Braga, [Lar Conde de Agrolongo], 1994, p. 159-170.

²¹ *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 24 de Abril de 1866, p. 2: *Sabemos particularmente, que da secretaria d'estado dos negocios das obras publicas baixou uma portaria o sr. Director das obras publicas d'este districto, para que imediatamente mandasse proceder aos reparos da parte do paço archiepiscopal, que serve de residencia do prelado, arruinada pelo incendio do dia 15.*

²² FEIO, Alberto – *A Biblioteca Pública de Braga. Notas históricas*. “Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga”, Braga, 1, 1920, p. 72: *Um incêndio destruiu parte do edifício na noite de 15 de Abril de 1866, sendo mais tarde, em 1871, demolida a parte queimada. Durante largos anos aquelas ruínas tem atestado o desleixo e pouca largueza de vistas dos bracarenses. A apeada pedraria foi inteligentemente guardada, motivo porque não seria dispendiosa a sua reconstrução.*

²³ *Sem título*. “O Noticiarista”, Braga, 28 de Abril de 1866, p. 2.

²⁴ “O Bracharense”, Braga, 11 de Abril de 1867.

²⁵ AMB. Obras Urbanas 9.

²⁶ *Indústria de nova espécie*. “O Distrito”, Braga, 9 de Junho de 1867.

²⁷ *Zimbório do Paço*. “Diário do Minho”, Braga, 16 de Outubro de 1921, p. 1.

²⁸ A planta de Braga, de Francisco Goullard, de 1883-1884, na escala 1:500, não dá, compreensivelmente, qualquer informação sobre os interiores do edifício, nem sequer da capela.

²⁹ Conserva-se apenas um desenho, o alçado frontal. Embora não tenha data nem esteja assinado, a notícia de jornal atrás referida e o grafismo deste desenho permitem aceitar aquela data.

³⁰ SIPA TXT.05577247/48



Fig. 1. Antero SEABRA. *Campo dos Touros e Governo Civil*. 1863 (?). Fotografia



Fig. 2. António Augusto PEREIRA – *[Incêndio do Palácio de D. José de Bragança]*. 1866. Coleção particular.



Fig. 3. [Palácio de D. José de Bragança]. Anterior a 1871. Fotografia.



Fig. 4. [Ruínas do palácio de D. José de Bragança]. 1891. Fotografia.



Fig. 5. [Ruínas do palácio de D. José de Bragança]. C.a 1900. Fotografia.

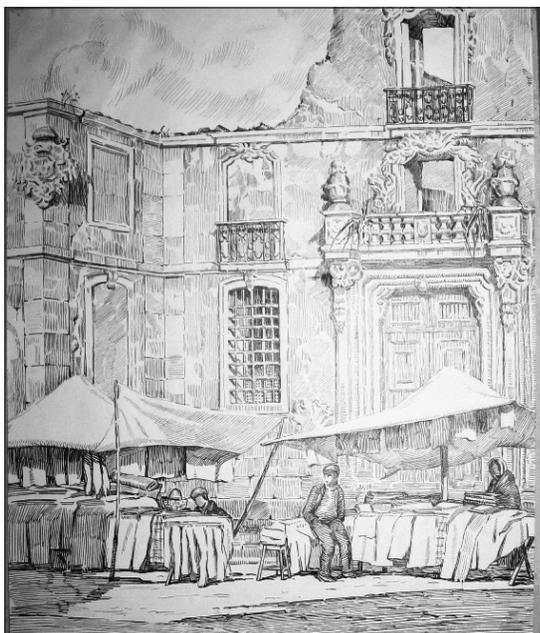


Fig. 6. JOSÉ LUÍS Brandão de Carvalho. [Mercado em frente às ruínas do palácio de D. José de Bragança]. 1930. Coleção Biblioteca Pública de Braga. Desenho.